

26/Julho/2022

A: Arapar Participações S.A.
À atenção dos Administradores e Acionistas

Ref.: Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis nº REL-XXXX/2020

Prezado Senhor,

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.S.as demonstrações contábeis da Arapar Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do relatório do auditor independente.

Atenciosamente,

Marcio Romulo Pereira
Sócio

Arapar Participações S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2021



Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Rua Voluntários da Pátria, 89 | 5º andar | Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos
Administradores e Acionistas da
Arapar Participações S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis, da Arapar Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Arapar Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Resultado de operações descontinuadas

Conforme Nota explicativa nº 6 (b), a Companhia registrou na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, na rubrica “Resultado de operações descontinuadas” um ganho decorrente de ajuste de conversão de balanço e outros resultados abrangentes, em investimentos em controladas, no montante de R\$ 22.587 mil. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, à sua apropriação deveria ocorrer no Patrimônio líquido na rubrica “Outros resultados abrangentes”. Dessa forma, a demonstração do resultado do exercício está superavaliada no respectivo montante. A demonstração do resultado abrangente está apresentada incorretamente de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

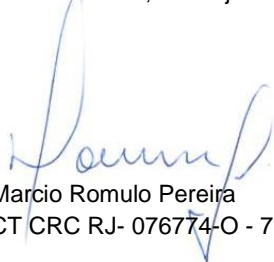
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria, além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causadas por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de julho de 2022.



Marcio Romulo Pereira
CT CRC RJ- 076774-O - 7

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1

ARAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020.

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO

		<u>2021</u>	<u>2020</u>
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	113.268	81.391
Contas a receber de investidas		88	18
Outros ativos		<u>2.570</u>	<u>897</u>
Total do ativo circulante		115.926	82.306
Ativo não circulante disponível para venda	6.b	<u>297.836</u>	-
		297.836	-
NÃO CIRCULANTE			
Investimentos	6	<u>17</u>	<u>296.743</u>
Total do ativo não circulante		17	296.743
TOTAL DO ATIVO		<u><u>413.779</u></u>	<u><u>379.049</u></u>

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CIRCULANTE			
Obrigações tributárias	7	2.408	-
Outros passivos		<u>126</u>	<u>41</u>
Total do passivo circulante		<u>2.534</u>	<u>41</u>
NÃO CIRCULANTE			
Provisão para perdas de investimentos	6	<u>753</u>	<u>1.509</u>
Total do passivo não circulante		<u>753</u>	<u>1.509</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	8	108.353	108.353
Reserva de capital		70.000	70.000
Reservas de lucros		<u>232.139</u>	<u>199.146</u>
Total do patrimônio líquido		410.492	377.499
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>413.779</u></u>	<u><u>379.049</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante destas demonstrações contábeis.

ARAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020.
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativ a	2021	2020
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Resultado de equivalência patrimonial	6	(393)	74.622
Resultado na alienação e aquisição de investimentos	6.c	4.686	(4)
Despesas gerais e administrativas	9	(1.633)	(1.630)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<hr/>	<hr/>
		2.660	72.988
Resultado financeiro	10	3.872	1.716
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<hr/>	<hr/>
		6.532	74.704
Imposto de renda e contribuição social	11	<hr/>	<hr/>
		(2.369)	(61)
Operações descontinuadas			
Lucro das operações descontinuadas	6	<hr/>	<hr/>
		28.830	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<hr/>	<hr/>
		32.993	74.643
Lucro por ação		<hr/>	<hr/>
		0,30	0,68

As notas explicativas da administração são parte integrante destas demonstrações contábeis.

ARAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020.
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	32.993	74.643
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>32.993</u>	<u>74.643</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante destas demonstrações contábeis.

ARAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO
LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020.
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva especial</u>	<u>Lucros (Prejuízos) acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		108.353	70.000	8.581	115.922	-	302.856
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	74.643	74.643
Reserva legal	9	-	-	3.732	-	(3.732)	-
Reserva especial (§5 art. 202 Lei nº 6404/76)	9	-	-	-	70.911	(70.911)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>108.353</u>	<u>70.000</u>	<u>12.313</u>	<u>186.833</u>	-	<u>377.499</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	32.993	32.993
Reserva legal	9	-	-	1.650	-	(1.650)	-
Reserva especial (§5 art. 202 Lei nº 6404/76)	9	-	-	-	31.343	(31.343)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>108.353</u>	<u>70.000</u>	<u>13.963</u>	<u>218.176</u>	-	<u>410.492</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante destas demonstrações contábeis.

ARAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020.
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	32.993	74.643
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:		
Resultado equivalência patrimonial	393	(74.622)
Resultado de operações descontinuadas	(28.830)	-
Resultado na alienação e aquisição de investimentos	(4.686)	4
 (Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Outros ativos	(1.743)	554
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Outros passivos	2.493	(499)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>620</u>	<u>80</u>
 FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
(Aumento) redução de capital em controladas	(1.877)	-
Venda (aquisição) de participação societária	11.138	-
Dividendos recebidos de controladas	9.569	10.045
Ações preferenciais resgatadas de controladas	12.427	10.271
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	<u>31.257</u>	<u>20.316</u>
 AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
	<u>31.877</u>	<u>20.396</u>
 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Saldo no início do exercício	81.391	60.995
Saldo no final do exercício	113.268	81.391
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>31.877</u>	<u>20.396</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante destas demonstrações contábeis.

ARAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e de 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Arapar Participações S.A. ("Companhia" ou "Arapar") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida João Cabral de Mello Neto, 850, Bloco 2 Sala 215 - parte, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ, que tem por objeto social a participação como sócio ou acionista em companhias e sociedades cujo objeto social também é de participação como sócio ou acionista em companhias e sociedades cujo objetivo social principal seja, administrar e explorar ativos de madeira de pinus e eucalipto no Brasil, atividades agrícolas, pecuárias, florestais e agroindustriais, ou ainda de atividades industriais, mercantis ou de prestação de serviços, por meio de 4 (quatro) diferentes modalidades de investimento: (a) aquisição de propriedade de áreas reflorestadas; (b) desenvolvimento de reflorestamento em áreas agricultáveis; (c) aquisição de direitos ao corte de madeira; e (d) execução de atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais.

Em 30 de abril de 2021, a controlada direta e indireta Vitex SP Participações S.A – antiga denominação Vitex Participações S.A., e Parkia SP Participações S.A. – antiga denominação Parkia Participações S.A., respectivamente, realizaram uma cisão parcial, a valor contábil, conforme Laudo de avaliador externo, na data base de 31 de março de 2021, com consequente criação de três estruturas-espelho das referidas entidades. Essa reorganização corporativa foi implementada de modo a criar estruturas operacionais independentes. O valor total do investimento cindido e da incorporação das parcelas cindidas pelas Novas Sociedades está demonstrado na Nota Explicativa 6.

Em 01 de fevereiro de 2021, a controlada direta e indireta Aimara Participações S.A – atual Macaúbapar Participações S.A - e Agripar Participações S.A – atual Horizonte Leste Participações S.A -, respectivamente, realizaram uma cisão parcial, com consequente criação de oito estruturas-espelho das referidas entidades. Essa reorganização corporativa foi implementada de modo a criar estruturas operacionais independentes. O valor total do investimento cindido e da incorporação das parcelas cindidas pelas Novas Sociedades está demonstrado na Nota Explicativa 6.

Em 30 de novembro de 2021, a Companhia e o sócio o Brookfield Brazil Agriland Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Agriland FIP"), na qualidade de vendedores, celebraram o Termo de Fechamento e Primeiro Aditamento ao Contrato de Compra e Venda de Ações, datado de 13 de agosto de 2021, das investidas Embaúba Participações S.A., Macaubapar Participações S.A. (antiga denominação Aimara Participações S.A.), Angelim Participações S.A., Pingo Participações S.A., Ibiapar Participações S.A., Caiapó Participações S.A., Muriti Participações S.A., Tamboril Participações S.A, Indaiá Participações S.A. e Buritipar Participações S.A., tendo como compradores a KPS Agropecuária Ltda, o Fundo de Investimento Imobiliário Riza Terrax, A Atafona Administradora de Bens Ltda e a CMBM Participações Ltda.

Em 18 de agosto de 2020, a Companhia e o sócio Brookfield Brazil Timber Fundo de Investimento em Participações Multimercado ("FIP"), receberam uma oferta vinculativa, segundo a qual a investida indireta da Jacaranda Participações S.A, esta investida da Ipê Participações S.A, Cabeceira Agroindustrial Ltda. ("Cabeceira") seria vendida a um terceiro em uma única transação. O acordo vinculativo definitivo foi celebrado em 10 de fevereiro de 2021.

Em 18 de dezembro de 2020, a Companhia e o sócio FIP, assinaram um contrato de compra de 100% das ações das investidas indiretas Brascan Empreendimentos Florestais Ltda ("BEF") e Egir Comercial Ltda ("Egir"), com uma entidade terceira.

Como condições precedentes para que as transações acima fossem concretizadas, em 31 de dezembro de 2020, as investidas direta e indireta da Companhia realizaram uma cisão parcial, a valor contábil, na data base de 30 de novembro de 2020, de acordo com a legislação brasileira, dos investimentos relacionados à Cabeceira Agroindustrial Ltda. ("Cabeceira"), com conseqüente criação da Jacarandá Participações S.A. ("Jacarandá") e Ipê Participações S.A. ("Ipê"), estruturas-espelho das Companhias, permanecendo, na Imbuia e Pinus, o investimento da BEF e Egir.

A efetiva conclusão dessas operações, em 31 de dezembro de 2020, dependia de certas condições precedentes previstas no contrato de compra e venda das cotas como, por exemplo, a autorização dos órgãos competentes.

Em 19 de março de 2021, foram concluídas as condições precedentes previstas no contrato de compra e venda das ações das controladas Imbuia, Pinus, BEF e Egir, da Companhia, de modo que as cotas da Companhia foram transferidas para o novo controlador S&D Florestal.

Em 03 de maio de 2021, foram concluídas as condições precedentes previstas no contrato de compra e venda das ações das controladas Ipê, Jacaranda e Cabeceira, da Companhia, de modo que as cotas da Companhia foram transferidas para o novo controlador Timber XX SPE S.A.

Em 03 de maio de 2021, a Companhia adquiriu 0,03% de participação na BBTF Participações S.A. conforme contrato de compra e venda de ações celebrado na data, com o Timber XX SPE S.A.

Em 05 de março de 2021, a Companhia vendeu a totalidade das ações que detinha da Manacá Participações S.A. ao Timber Timber XX SPE S.A, conforme contrato de compra e venda de ações celebrado na data.

Em 05 de março de 2021, a Companhia adquiriu 70.099 ações representativas do capital social da Pitanga Participações S.A. detidas pela Manacá Participações S.A., conforme contrato de compra e venda de ações celebrado na data.

Em 31 de dezembro de 2021, a Arapar detinha as seguintes participações nas respectivas empresas investidas:

Investimento em coligadas e controladas	Participação Societária
Purus Participações S.A.	68%
BBTF Participações S.A.	0,03%
Vitex SP Participações S.A.	68%
Vitex BA Participações S.A.	68%
Vitex ES Participações S.A.	68%
Vitex MS Participações S.A.	68%
Itajubá Empreendimentos Florestais S.A.	51%
Pitanga Participações S.A.	100%

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Resoluções emitidas pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica do CPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

2.2. Continuidade operacional

A Companhia preparou essas demonstrações contábeis com base no pressuposto de que continuará em operação futura. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Companhia.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional").

2.4. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo.

2.5. Data de autorização das demonstrações contábeis

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria em 26 de julho de 2022.

2.6. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente.

Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às informações anuais da Companhia em 31 de dezembro de 2021.

2.7. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidas recentemente

a) Normas e interpretações novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2021:

- Alterações ao IFRS 9 (CPC 48), IAS 39 (CPC 38*), IFRS 7 (CPC40), IFRS 4 (CPC 11) e IFRS 16 (CPC 06 – R2) - Reforma da Taxa de Juros de Referência (2ª fase).
- IFRS 17 (CPC50) - Contratos de Seguros.
(*) Revogado, a partir de 1º de janeiro de 2018, pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9).

A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores, por esse motivo as demonstrações contábeis não foram reapresentadas.

b) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas não efetivas em 31 de dezembro de 2021:

A norma é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022.

- Alterações à IFRS 3 (CPC 15) - Referência à Estrutura Conceitual.
- Alterações à IAS 16 (CPC 27) - Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido.
- Alterações à IAS 37 (CPC 25) - Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato.
- Alterações à IAS 1 (CPC 26) - Classificação de Passivos como circulantes ou Não Circulantes.
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 – 2020: Alterações à IFRS 1 (CPC 37) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos Financeiros, IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos e IAS 41 (CPC 29) – Agricultura.
- Alterações à IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis.
- Alterações à IAS 12 (CPC 32) - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação.
- Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture.

As alterações, quando efetivamente indicam atualizações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022.

A administração da Companhia não adotou antecipadamente estas alterações e espera que estas normas não tenham impactos relevantes em suas demonstrações contábeis em períodos futuros.

3. BASE PARA CONSOLIDAÇÃO

A Companhia optou por não apresentar demonstrações contábeis consolidadas, em consonância aos critérios previstos pelo item 4 do CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, descritos abaixo:

- i) Os acionistas da Companhia não possuem objeção quanto à apresentação das demonstrações contábeis individuais apenas.
- ii) Os instrumentos de dívida ou patrimoniais da Companhia, não são negociadas publicamente.
- iii) A Companhia não arquivou nem está em processo de arquivamento de suas demonstrações contábeis junto a Comissão de Valores Mobiliários ou outro órgão regulador.
- iv) a controladora final, ou qualquer controladora intermediária da controladora, disponibiliza ao público suas demonstrações em conformidade com os Pronunciamentos do CPC, em que as controladas são consolidadas ou são mensuradas ao valor justo por meio do resultado de acordo com este pronunciamento;

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia são as seguintes:

- a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

- b) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia e de suas controladas incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, e possuem vencimentos inferiores há 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se

torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) Investimentos

Os investimentos da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição. Subsequentemente, esses investimentos são acrescidos dos ganhos ou perdas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações sobre empresas são reconhecidas nas demonstrações contábeis ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado de equivalência patrimonial. Os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

d) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados de acordo com os registros contábeis regulamentares, utilizando-se para a Companhia a metodologia do lucro real, onde os impostos são calculados como um percentual do lucro líquido ajustado de acordo com a legislação tributária vigente aplicando-se uma taxa de 25% para o imposto de renda e 9% para contribuição social.

e) Resultado básico e diluído por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações da companhia, pela quantidade média ponderada de ações durante o mesmo período.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em suas respectivas ações.

f) Demonstração dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Aplicação financeira	113.268	81.391
Total	<u>113.268</u>	<u>81.391</u>

As aplicações financeiras estão concentradas em CDB e são remuneradas entre 95% e 100% em 2021 (entre 95% e 100% em 2020) do CDI e são todas realizadas em instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha.

Os equivalentes de caixa possuem liquidez imediata, não apresentando quaisquer carências ou penalidades para o seu resgate antecipado.

6. INVESTIMENTOS

a) Composição dos investimentos:

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia apresentou as seguintes movimentações e composições de seus investimentos:

31/12/2021

	Participação no capital votante	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Investimento Cindido	Ajuste de conversão (CTA)	Valor contábil do investimento - <i>Ativo</i>	Provisão para perdas de investimentos - <i>Passivo</i>	Resultado de equivalência patrimonial
Embaúba Participações S.A. (a)	68%	-	776	-	-	-	-	528
Macaubapar Participações S.A. (antiga denominação Aimara Participações S.A.) (b)	68%	-	307	(3.420) (m)	-	-	-	209
Purus Participações S.A.	68%	(56)	(52)	-	-	-	(38)	(35)
Imbuia Participações S.A. (c)	68%	-	(10)	-	-	-	-	(7)
Vitex SP Participações S.A. (antiga denominação Vitex Participações S.A.)	68%	75.108	2.644	(262.509) (n)	40.419 (o)	51.073	-	35.137
Itajubá Empreendimentos Florestais S.A.	51%	(1.400)	(2.129)	-	-	-	(714)	(1.086)
Ipê Participações S.A. (d)	68%	-	(26)	-	-	-	-	(18)
BBTF Participações	0,03%	12.047	(4.870)	-	-	4	-	(2)
Angelim Participações (e)	68%	-	(50)	-	-	-	-	(34)
Pingo Participações (f)	68%	-	(94)	562	-	-	-	(64)
Ibipar Participações (g)	68%	-	(9)	553	-	-	-	(6)
Caiapó Participações (h)	68%	-	212	189	-	-	-	144
Muriti Participações (i)	68%	-	73	474	-	-	-	50
Tamboril Participações (j)	68%	-	(9)	589	-	-	-	(6)
Indaiá Participações (k)	68%	-	(71)	306	-	-	-	(48)
Buritipar Participações (l)	68%	-	(23)	469	-	-	-	(16)
Vitex BA Participações S.A.	68%	149.827	4.801	278	(2.704) (p)	101.882	-	(2.486)
Vitex ES Participações S.A.	68%	101.602	(3.627)	108.967	(2.282) (q)	69.089	-	(5.911)
Vitex MS Participações S.A.	68%	111.459	5.362	78.009	(2.217) (r)	75.792	-	2.089
Pitanga Participações S.A.	100%	13	(2)	75.533	-	13	-	(2)
Total		448.601	281	-	33.215	297.853	(752)	28.437

(a) Em 30 de novembro de 2021, a Arapar vendeu as ações que detinha da Embaúba Participações S.A. para a Gaps Agronegócios Ltda., em sua totalidade.

(b) Em 30 de novembro de 2021, a Arapar vendeu as ações que detinha da Macaubapar Participações S.A. para o Fundo Terrax, em sua totalidade.

(c) Em 19 de março de 2021, a Arapar vendeu as ações que detinha da Imbuia Participações S.A. para a Santos e Dias Participações, em sua totalidade.

(d) Em 03 de maio de 2021, a Arapar vendeu as ações que detinha da Ipê Participações S.A. para a Timber XX SPE, em sua totalidade.

(e) Em 30 de novembro de 2021, a Arapar vendeu as ações que detinha da Angelim Participações S.A. para a Cmbm Participações Ltda, em sua totalidade.

(f) Em 30 de novembro de 2021, a Arapar vendeu as ações que detinha da Pingo Participações S.A. para a Cmbm Participações Ltda, em sua totalidade.

(g) Em 30 de novembro de 2021, a Arapar vendeu as ações que detinha da Ibipar Participações S.A. para a Cmbm Participações Ltda, em sua totalidade.

(h) Em 30 de novembro de 2021, a Arapar vendeu as ações que detinha da Caiapó Participações S.A. para a KPS Agropecuária Ltda, em sua totalidade.

(i) Em 30 de novembro de 2021, a Arapar vendeu as ações que detinha da Muriti Participações S.A. para a Atafona Administradora de Bens Ltda, em sua totalidade.

(j) Em 30 de novembro de 2021, a Arapar vendeu as ações que detinha da Tamboril Participações S.A. para a Cmbm Participações Ltda, em sua totalidade.

(k) Em 30 de novembro de 2021, a Arapar vendeu as ações que detinha da Indaiá Participações S.A. para a Cmbm Participações Ltda, em sua totalidade.

(l) Em 30 de novembro de 2021, a Arapar vendeu as ações que detinha da Buritipar Participações S.A. para a Cmbm Participações Ltda, em sua totalidade.

(m) Investimento cindido em 01 de fevereiro de 2021, mediante versão dos ativos e passivos que compõem a parcela cindida do patrimônio da Macaubapar

Participações S.A. (antiga denominação Aimara Participações S.A. para constituição da Angelim Participações S.A., Pingo Participações S.A., Ibipar Participações S.A., Caiapó Participações S.A., Muriti Participações S.A., Tamboril Participações S.A., Indaiá Participações S.A. e Buritipar Participações S.A.

- (n) Investimento cindido em 30 de abril de 2021, mediante versão dos ativos e passivos que compõem a parcela cindida do patrimônio da Vitex SP Participações S.A. (antiga denominação Vitex Participações S.A. para constituição da Vitex BA Participações S.A., Vitex ES Participações S.A. e Vitex MS Participações S.A.
- (o) Ajuste de conversão da moeda da investida Vitex SP Participações S.A. em 2021
- (p) Ajuste de conversão da moeda da investida Vitex BA Participações S.A. em 2021
- (q) Ajuste de conversão da moeda da investida Vitex ES Participações S.A. em 2021
- (r) Ajuste de conversão da moeda da investida Vitex MS Participações S.A. em 2021

	31/12/2020							
	Participação no capital votante	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Investimento cindido	Ajuste de conversão (CTA) / Outros	Valor contábil do investimento - <i>Ativo</i>	Provisão para perdas de investimentos - <i>Passivo</i>	Resultado de equivalência patrimonial
Embaúba Participações S.A.	68%	2.785	95	-	-	1.894	-	65
Aimara Participações S.A. (a)	68%	5.602	(223)	-	-	3.809	-	(152)
Amélia Participações S.A.	100%	-	(1)	-	-	-	-	(1)
Purus Participações S.A.	68%	(4)	(37)	-	-	-	(3)	(25)
Imbuia Participações S.A.	68%	364	(302)	(77) (b)	-	248	-	(205)
Vitex Participações S.A.	68%	427.521	12.319	-	99.058 (c)	290.714	-	75.736
Itajubá Empreendimentos Florestais S.A.	51%	(2.953)	(1.501)	-	-	-	(1.506)	(768)
Manacá Participações S.A.	100%	27	(2)	-	-	27	-	(2)
Ipê Participações S.A. (d)	68%	75	(38)	77	-	51	-	(26)
Total		433.417	10.310	-	99.058	296.743	(1.509)	74.622

- (a) Em 31 de agosto de 2020, a Arapar vendeu 100% das ações que detinha da Amélia Participações S.A. para a Brookfield Brasil LTDA
- (b) Investimento cindido em 31 de dezembro de 2020, mediante versão dos ativos e passivos que compõem a parcela cindida do patrimônio da Imbuia para constituição da Ipê Participações S.A.
- (c) Reflexo de 68% do ajuste de conversão da moeda da investida Vitex Participações S.A. em 2020.
- (d) Em 31 de dezembro de 2020, a Arapar adquiriu 68% das ações da Ipê Participações S.A., empresa resultante da Cisão Parcial da Imbuia.

b) Movimentação dos investimentos:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

	Investimento em 31.12.2020	Provisão para perdas de investimentos em 31.12.2020	Equivalência Patrimonial	Investiment o Cindido	Aumento (redução) de capital	Aquisição/venda de participações societárias	Distribuição de dividendos	Ações preferenciais resgatadas de controladas	Reclassificação Ativo disponível para venda	Investimento em 31.12.2021	Provisão para perdas de investimento s em 31.12.2021
Embaúba Participações S.A.	1.894	-	528	-	-	(2.196)	(226)	-	-	-	-
Macaubapar Participações S.A. (antiga denominação Aimara Participações S.A.)	3.809	-	209	(3.420)	-	(598)	-	-	-	-	-
Purus Participações S.A.	-	(3)	(35)	-	-	-	-	-	-	-	(38)
Imbuia Participações S.A.	248	-	(7)	-	-	(240)	-	-	-	-	-
Vitex SP Participações S.A. (antiga denominação Vitex Participações S.A.)	290.714	-	35.137	(262.509)	-	-	(1.468)	(10.799)	(a)	(51.075)	-
Itajubá Empreendimentos Florestais S.A.	-	(1.506)	(1.086)	-	1.877	-	-	-	-	-	(714)
Manacá Participações S.A.	27	-	-	-	-	(27)	-	-	-	-	-
Ipê Participações S.A.	51	-	(18)	-	-	(33)	-	-	-	-	-
BBTF Participações	-	-	(2)	-	-	-	-	-	-	4	-
Angelim Participações	-	-	(34)	562	-	(528)	-	-	-	-	-
Pingo Participações	-	-	(64)	553	-	(490)	-	-	-	-	-
Ibipar Participações	-	-	(6)	189	-	(183)	-	-	-	-	-
Caiaopó Participações	-	-	144	474	-	(557)	(62)	-	-	-	-
Muriti Participações	-	-	50	589	-	(639)	-	-	-	-	-
Tamboiril Participações	-	-	(6)	306	-	(299)	-	-	-	-	-
Indaiá Participações	-	-	(48)	469	-	(421)	-	-	-	-	-
Buritipar Participações	-	-	(16)	278	-	(262)	-	-	-	-	-
Vitex BA Participações S.A.	-	-	(2.486)	108.967	-	-	(3.486)	(1.115)	(10.188)	-	-
Vitex ES Participações S.A.	-	-	(5.911)	78.009	-	-	(2.496)	(513)	(69.089)	-	-
Vitex MS Participações S.A.	-	-	2.089	75.533	-	-	(1.832)	-	(75.791)	-	-
Pitanga Participações S.A.	-	-	(2)	-	-	15	-	-	-	13	-
Total Investimento em controladas	296.743	(1.509)	28.437	-	1.877	(6.458)	(9.569)	(12.427)	(297.836)	(b)	17
											(752)

(a) Em 19 de janeiro de 2021, através de Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o resgate de 1.498.243 de ações preferenciais do capital social da Companhia, ao valor de R\$4,80 por ação, totalizando R\$7.192, sendo pago em 21 de janeiro de 2021, da seguinte forma aos sócios: (i) R\$4.890 pagos à Arapar e (ii) R\$2.302 pagos ao FIP. Em 20 de abril de 2021, através de Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o resgate de 1.872.768 de ações preferenciais do capital social da Companhia, ao valor de R\$4,64 por ação, totalizando R\$8.690, sendo pago em 22 de abril de 2021, da seguinte forma aos sócios: (i) R\$5.909 pagos à Arapar e (ii) R\$2.781 pagos ao FIP.

(b) A Administração lançou um processo competitivo para venda das entidades Vitex SP, Vitex ES, Vitex MS e Vitex BA em 1º de novembro de 2021, para o

qual recebeu propostas não-vinculantes entre 29 de novembro de 2021 e 03 de dezembro de 2021. Todas as quatro propostas recebidas contemplam a aquisição de 100% da participação societária destas entidades pertencentes a Arapar e ao Investimentos Florestais Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“IF IP”). Desta forma, o investimento da Arapar nas respectivas empresas na data de 31 de dezembro de 2021 reflete por equivalência o valor justo dos ativos tendo como base as propostas recebidas, que conforme análise da Administração, refletem melhor o valor de mercado para tais ativos considerando a conjuntura econômica com a qual tais ativos estão inseridos assim como a escassez de grandes agentes do mercado dispostos a adquirir um portfólio de ativos.

Com base na clara intenção de venda destas investidas pela Administração, tais investimentos foram reclassificados para a rubrica de Ativos mantidos para venda, com o objetivo de melhor apresenta-los nas Demonstrações Financeiras.

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2020								
	Investimento em 31.12.2019	Provisão para perdas de investimentos em 31.12.2019	Equivalência Patrimonial	Investimento Cindido	Perda de participação societária	Ações preferenciais resgatadas de controladas	Distribuição de dividendos	Investimento em 31.12.2020	Provisão para perdas de investimentos em 31.12.2020
Embaúba Participações S.A.	1.838	-	64		-	-	(8)	1.894	-
Aimara Participações S.A.	3.962	-	(151)		-	-	(2)	3.809	-
Amélia Participações S.A.	4	-	-		(4) (a)	-	-	-	-
Purus Participações S.A.	22	-	(25)		-	-	-	-	(3)
Imbuia Participações S.A.	532	-	(207)	(77)	-	-	-	248	-
Vitex Participações S.A.	235.288	-	75.732		-	(10.271)	(10.035)	290.714	-
Itajubá Empreendimentos Florestais S.A.	-	(741)	(765)		-	-	-	-	(1.506)
Manacá Participações S.A.	27	-	-		-	-	-	27	-
Ipê Participações S.A.	-	-	(26)	77	-	-	-	51	-
Total Investimento em controladas	241.673	(741)	74.622	-	(4)	(10.271)	(10.045)	296.743	(1.509)

c) Resultado na alienação e aquisição de investimentos:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

	Valor venda	Baixa por Alienação do Investimento em	Resultado na alienação e aquisição de investimentos
BURITIPAR PARTICIPAÇÕES	466 -	262	204
CAIAPO PARTICIPAÇÕES	1492 -	557	935
INDAIA PARTICIPAÇÕES	250 -	421	- 171
PINGO PARTICIPAÇÕES	607 -	490	117
ANGELIM PARTICIPAÇÕES	718 -	528	190
MACAUBAPAR PARTICIPAÇÕES	1278 -	597	680
MURITI PARTICIPAÇÕES	1580 -	639	941
IBIPAR PARTICIPAÇÕES	305 -	183	122
TAMBORIL PARTICIPAÇÕES	415 -	300	116
EMBAUBA PARTICIPAÇÕES	3.732 -	2.196	1.536
IMBUIA PARTICIPAÇÕES	172 -	240	- 68
IPÊ PARTICIPAÇÕES	129 -	33	96
MANACÁ PARTICIPAÇÕES	10 -	27	- 17
PITANGA PARTICIPAÇÕES	-	-	5
Total			4.686

No fim de cada exercício, a Administração de cada empresa investida revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos estavam sujeitos à perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Não houve qualquer indicativo de redução identificado durante os exercícios de 2021 e de 2020.

A Companhia registrou o ganho de R\$ 22.476 mil (R\$ 67.359 mil em 2020) decorrente do ajuste de conversão de balanços de suas investidas na rubrica "Equivalência patrimonial".

7. Obrigações tributárias

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Irpj a pagar	1.735	-
Csll a pagar	633	-
Outros a pagar	40	-
Total	<u>2.408</u>	<u>-</u>

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

8.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 era de R\$108.353, dividido em 101.949 ações ordinárias e 7.667 ações preferenciais sem valor nominal.

Abaixo está demonstrada a abertura de ações da Companhia:

	<u>Participação</u>	<u>Quantidade de ações</u>
Jatobá Participações S.A.	100%	109.616
Total	<u>100%</u>	<u>109.616</u>

8.2. Reserva de Capital

Em 27 de dezembro de 2013, foi aprovado, em assembleia geral ordinária e extraordinária, constituição de Reserva de Capital no valor de R\$70.000 e, até 31 de dezembro de 2021, não houve alteração.

8.3. Destinação do resultado do exercício

Reserva legal - o estatuto social determina que 5% do lucro líquido do exercício será aplicado na constituição da reserva legal, antes de qualquer outra destinação, conforme trata o artigo 193 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, até o limite de 20% do capital social integralizado. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apurou R\$1.650 (R\$3.732 em 2020) para a Reserva Legal.

Reserva especial - de acordo com o §5º, do artigo 202 da lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do §4º, serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Arapar. Em 31 de dezembro de 2021, foi destinado R\$31.343 (R\$70.911 em 2020) para a Reserva Especial.

Dividendo obrigatório - o lucro remanescente, após as deduções legais, será destinado para pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento), nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não provisionou dividendos mínimos obrigatórios.

A administração da Companhia foi informada pelos seus acionistas de que estes

deliberarão na Assembleia Geral Ordinária pela retenção de todo o lucro do exercício, de forma que a proposta da administração e estas demonstrações contábeis não contemplam distribuição de dividendos, nos termos do art. 202, § 3º, II, da Lei 6.404/76.

RESULTADO POR AÇÃO

Resultado básico e diluído por ação

Conforme pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, o cálculo do resultado básico e diluído por ação consiste na razão entre o resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	32.993	74.643
Quantidade de ações em circulação	<u>109.616</u>	<u>109.616</u>
Resultado básico e diluído por ação	<u><u>0,30</u></u>	<u><u>0,68</u></u>

9. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Proventos	1.143	1.143
Encargos legais e administrativos	228	228
Despesas tributárias	22	170
Serviços de terceiros	240	89
Total	<u><u>1.633</u></u>	<u><u>1.630</u></u>

10. Resultado financeiro líquido

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita financeira		
Rendimento de aplicação financeira	<u>3.872</u>	<u>1.716</u>
Total	<u><u>3.872</u></u>	<u><u>1.716</u></u>

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro antes do imposto de renda (IR) e contribuição social (CS)	35.362	74.704
Equivalencia patrimonial	(28.437)	(74.622)
Exclusões (adições) ao lucro real:		
Outras (adições) líquidas de exclusões	<u>42</u>	<u>97</u>
Base de cálculo de imposto de renda e contribuição social	6.967	179
Alíquota nominal de imposto de renda (IR) e contribuição social (CS)	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	<u>2.369</u>	<u>61</u>

12. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gerenciamento de riscos

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros aos quais a Companhia entende que está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional.

A Administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limite de posições. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa.

b) Risco de liquidez

A Administração da Companhia gerencia suas necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos e financiamentos que julga adequado, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

c) Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados. Baseada nessa estimativa, a Administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale, aproximadamente, a seu valor justo.

Em 31 de dezembro de 2021, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes a caixa: os saldos de caixa e equivalentes a caixa, em face de sua liquidez imediata e do risco insignificante de mudança de valor, têm valores justos que aproximam aos saldos contábeis.
- Partes relacionadas: as contas a receber com as controladas da Companhia correspondem a despesas que foram pagas pela Arapar em nome da controladas. Os valores não possuem índice de correção estando, portanto, registradas por um valor de custo.

13. EVENTOS SUBSEQUENTES

No período compreendido entre 31 de dezembro de 2021 e a data de emissão e aprovação dessas demonstrações contábeis, a Companhia teve os seguintes eventos relevantes:

Alienação de investimento – Empresas Vitex

Em 27 de abril de 2022, foi celebrado um contrato vinculante pela Arapar para venda das investidas Vitex SP, Vitex MS, Vitex ES, Vitex BA e suas respectivas investidas Parkia SP,

Parkia MS, Parkia ES, Parkia BA em uma única transação de venda a terceiros no valor integral de USD667 milhões, segregado em duas parcelas, sendo a primeira no momento do "closing", no valor de USD330 milhões e a segunda após 12 meses do recebimento da primeira parcela. O valor de venda será ajustado pela variação do capital de giro a ser apurado em até 45 dias após a data de fechamento desta operação. Esta é uma transação não forçada, realizada entre partes independentes e visa atender a estratégia de desinvestimento do Grupo.

A transação de venda foi aprovada pelo CADE em 31 de maio de 2022, nos termos do Despacho SG nº 675/2022, sem quaisquer emendas ou ressalvas.

Em 22 de junho de 2022 foi concretizada a operação relativa à venda da Vitex SP Participações S.A., Vitex ES Participações S.A., Vitex MS Participações S.A. e Vitex BA Participações S.A. e suas respectivas investidas Parkia SP, Parkia MS, Parkia ES, Parkia BA. Concomitante à venda, ocorreu o evento de conversão das debêntures em ações das empresas Vitex em favor do devedorista Investimentos Florestais Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Fundo" ou FIP"), acarretando na diluição da Arapar. A parte da venda relacionada à Arapar foi de USD 65 milhões que representa 9,75% do valor integral vendido. Conforme condições acordadas no contrato, a Arapar recebeu em caixa, na data da venda, o valor de USD 32 milhões (R\$ 166.145), permanecendo um saldo a receber de USD 33 milhões com vencimento em 22 de junho de 2023, 12 meses após o recebimento da 1ª parcela.

* * *